



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

CONTAS

DE

GERÊNCIA

2022

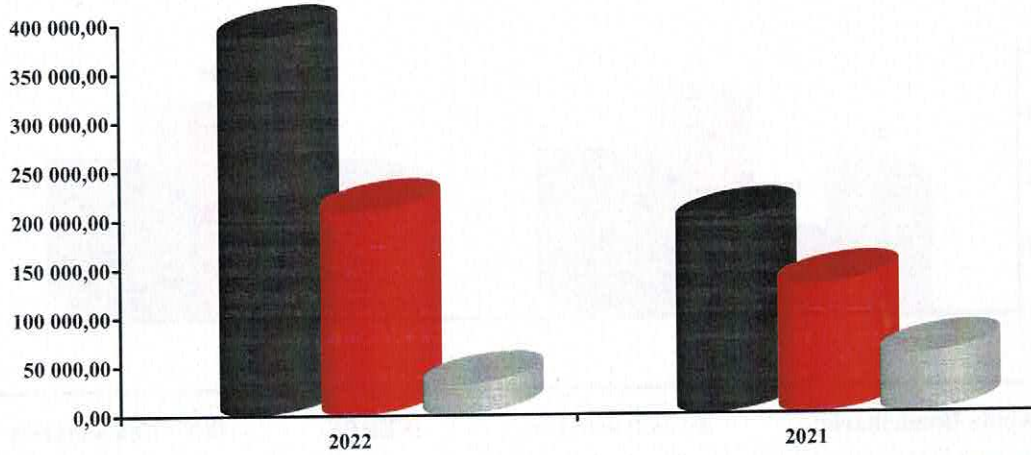


Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Handwritten signatures and initials in blue ink.

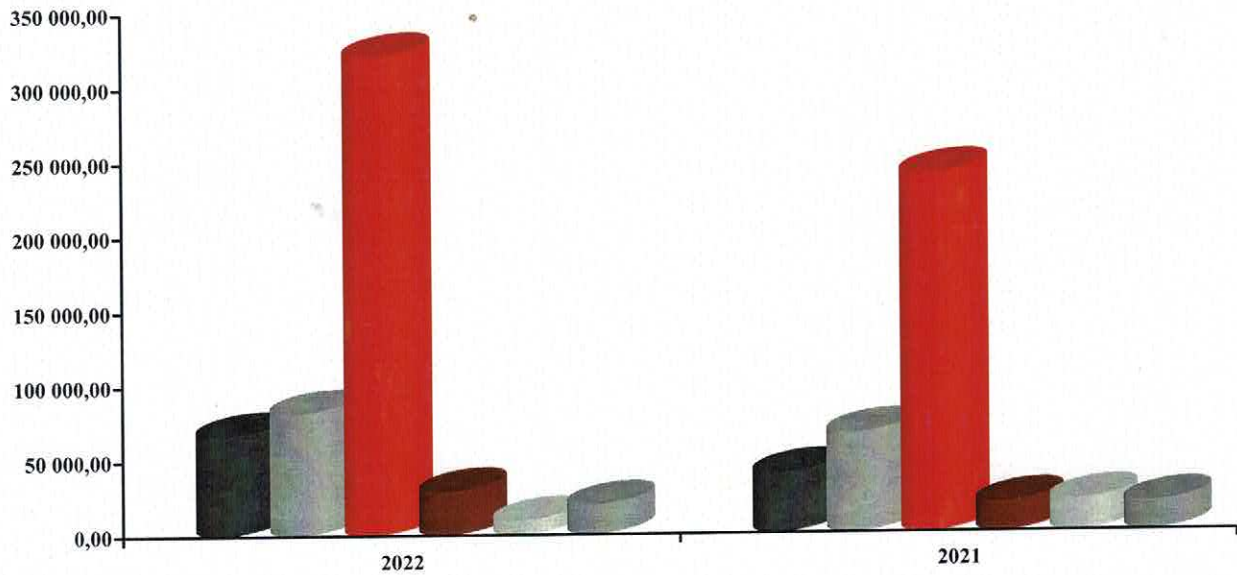
GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



■ Prestação de Serviços ■ Subsídios à Exploração ■ Outros Rendimentos

GASTOS



■ Custo Inv. Vend. Mat. Consumidas ■ Fornecimentos e Serviços
■ Gastos Com Pessoal ■ Depreciações e Amortizações
■ Outros Gastos ■ Gastos e Perdas Financiamento

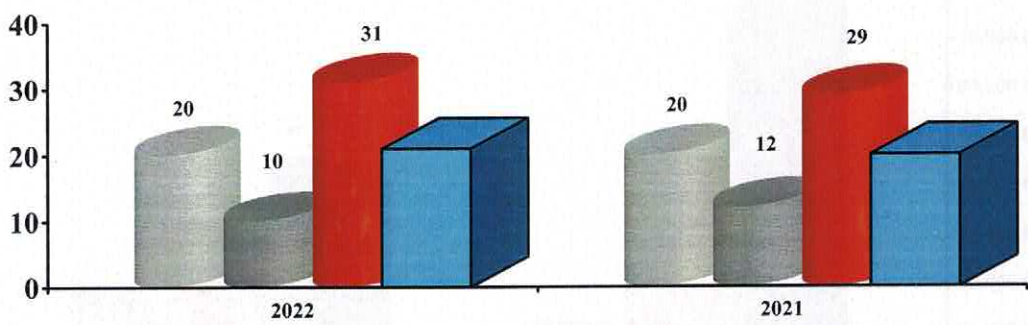
Handwritten signatures and initials in blue ink.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Handwritten letter 'L' in the top right corner.

CLIENTES E TRABALHADORES



■ Apoio Domiciliário	■ Centro de Dia	■ ERPI	■ N.º Funcionários
----------------------	-----------------	--------	--------------------



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2022 (A)	2021 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	66.758,33 €	39.922,56 €	26.835,77 €	60.500,00 €	6.258,33 €
- Medicamentos e consumíveis					
Total 61	66.758,33 €	39.922,56 €	26.835,77 €	60.500,00 €	6.258,33 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos					
- Trabalhos especializados	5.719,66 €	11.224,01 €	-5.504,35 €	5.000,00 €	719,66 €
- Publicidade e propaganda	96,50 €		96,50 €	50,00 €	46,50 €
- Vigilância e segurança	2.248,71 €	1.255,64 €	993,07 €	2.000,00 €	248,71 €
- Honorários	3.633,35 €	2.400,00 €	1.233,35 €	4.000,00 €	-366,65 €
- Comissões					
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	8.402,30 €	2.605,77 €	5.796,53 €	8.650,00 €	-247,70 €
- Serviços bancários	1.110,24 €	1.738,78 €	-628,54 €	650,00 €	460,24 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, ...)					
- Ferramentas e utensílios	2.395,49 €	5.482,54 €	-3.087,05 €	1.850,00 €	545,49 €
- Material de escritório	1.403,79 €	2.166,86 €	-763,07 €	1.600,00 €	-196,21 €
- Artigos p/ oferta	299,70 €		299,70 €		299,70 €
- Encargos com utentes	7.580,06 €	1.719,74 €	5.860,32 €	7.400,00 €	180,06 €
- Eletricidade	12.938,22 €	7.874,28 €	5.063,94 €	15.100,00 €	-2.161,78 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	12.660,87 €	9.332,19 €	3.328,68 €	13.700,00 €	-1.039,13 €
- Água	2.222,20 €	435,50 €	1.786,70 €	1.600,00 €	622,20 €
- Ar medicinal					
- Deslocações e estadas					
- Rendas e alugueres					
- Comunicação	1.934,56 €	2.067,78 €	-133,22 €	2.000,00 €	-65,44 €
- Seguros	1.477,04 €	1.770,02 €	-292,98 €	2.300,00 €	-822,96 €
- Contencioso e notariado	150,00 €		150,00 €		150,00 €
- Despesas de representação	205,00 €	329,00 €	-124,00 €	140,00 €	65,00 €
- Limpeza, higiene e conforto	17.235,57 €	15.894,85 €	1.340,72 €	18.100,00 €	-864,43 €
- Outros fornecimentos e serviços		200,00 €	-200,00 €		
Total 62	81.713,26 €	66.496,96 €	15.216,30 €	84.140,00 €	-2.426,74 €
63. Gastos com o pessoal					
- Remunerações	263.949,64 €	198.305,78 €	65.643,86 €	255.400,00 €	8.549,64 €
- Encargos com segurança social	53.960,51 €	40.338,32 €	13.622,19 €	53.900,00 €	60,51 €
- Seguros de acidentes no trabalho	2.665,68 €	1.170,09 €	1.495,59 €	2.700,00 €	-34,32 €
- Outros gastos com pessoal	614,40 €	689,04 €	-74,64 €	600,00 €	14,40 €
Total 63	321.190,23 €	240.503,23 €	80.687,00 €	312.600,00 €	8.590,23 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	29.039,55 €	19.223,61 €	9.815,94 €	29.000,00 €	39,55 €
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor	31,05 €		31,05 €		31,05 €
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas		242,78 €	-242,78 €	20,00 €	-20,00 €
- Alien. ativos fixos tangíveis					
- Correções rel. períodos anteriores	4.721,51 €	20.324,18 €	-15.602,67 €	4.700,00 €	21,51 €
- Donativos					
- Quotizações					
- Multas	40,31 €	150,00 €	-109,69 €		40,31 €
- Outros não especificados	4.689,38 €		4.689,38 €		4.689,38 €
Total 68	9.451,20 €	20.716,96 €	-11.265,76 €	4.720,00 €	4.731,20 €
69. Gastos e perdas de financiamento	19.765,79 €	18.864,89 €	900,90 €	19.200,00 €	565,79 €
Total Gastos	527.949,41 €	405.728,21 €	122.190,15 €	510.160,00 €	17.789,41 €

A Entidade

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n° 39242



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2022 (D)	Variação A - D
	2022 (A)	2021 (B)			
Rendimentos					
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Terceira Idade	385.538,41 €	194.766,90 €	190.771,51 €	396.100,00 €	-10.561,59 €
- ERPI	327.882,66 €	132.441,20 €	195.441,46 €	339.900,00 €	-12.017,34 €
- Centro de Dia	17.365,87 €	23.959,17 €	-6.593,30 €	13.500,00 €	3.865,87 €
- Apoio Domiciliário	40.289,88 €	38.366,53 €	1.923,35 €	42.700,00 €	-2.410,12 €
- Quotizações e jóias	679,50 €	814,50 €	-135,00 €	470,00 €	209,50 €
Total 72	386.217,91 €	195.581,40 €	190.636,51 €	396.570,00 €	-10.352,09 €
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- Terceira Idade	165.427,71 €	110.393,23 €	55.034,48 €	107.100,00 €	58.327,71 €
- ERPI	54.760,48 €		54.760,48 €	7.700,00 €	47.060,48 €
- Centro de Dia	17.608,87 €	37.847,83 €	-20.238,96 €	12.700,00 €	4.908,87 €
- Apoio Domiciliário	93.058,36 €	72.545,40 €	20.512,96 €	86.700,00 €	6.358,36 €
- IEFEP	11.397,08 €	4.813,66 €	6.583,42 €	11.400,00 €	-2,92 €
- Segurança Social - Layoff	1.456,00 €	836,61 €	619,39 €		1.456,00 €
- Fundo Social Europeu (+COESO)	27.062,47 €	14.674,78 €	12.387,69 €		27.062,47 €
Total 75	207.452,35 €	130.718,28 €	76.734,07 €	119.956,00 €	87.496,35 €
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor					
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Rendas e ganhos (sinistros)	149,94 €		149,94 €		149,94 €
- Descontos de p. pagamento obtidos	5,19 €		5,19 €		5,19 €
- Transporte de utentes	2.795,00 €		2.795,00 €		2.795,00 €
- Imputação de subs. para investimentos	5.266,40 €	5.266,40 €			5.266,40 €
- Donativos	975,00 €	20.037,91 €	-19.062,91 €	700,00 €	275,00 €
- Correções rel. períodos anteriores	343,04 €	17.171,91 €	-16.828,87 €	350,00 €	-6,96 €
- Reposição sub de refeição em espécie	20.815,60 €	16.021,90 €	4.793,70 €	19.200,00 €	1.615,60 €
Total 78	30.350,17 €	58.498,12 €	-28.147,95 €	20.250,00 €	10.100,17 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	624.020,43 €	384.797,80 €	239.222,63 €	536.776,00 €	87.244,43 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	96.071,02 €	-20.930,41 €	117.032,48 €	26.616,00 €	69.455,02 €
--	--------------------	---------------------	---------------------	--------------------	--------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2022	2021
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche		
ATL		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI	31	29
Centro de Dia	10	12
Apoio Domiciliário	20	20
Apoio Domiciliário Integrado		

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2022	21
2021	20

Investimentos		
	2022	2021
Edifícios		139.960,59 €
Equipamento Básico	430,50 €	41.881,28 €
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte		
AFT em curso		
Total	430,50 €	181.841,87 €

A Entidade

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n° 39242



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	386.217,91	195.581,40
Subsídios, doações e legados à exploração	10	207.452,35	130.718,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-66.758,33	-39.922,56
Fornecimentos e serviços externos	14.6	-81.713,26	-66.496,96
Gastos com o pessoal	12	-321.190,23	-240.503,23
Aumentos/reduções de justo valor	7.2	-31,05	
Outros rendimentos	14.9	30.350,17	58.498,12
Outros gastos	14.7	-9.451,20	-20.716,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		144.876,36	17.158,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	-29.039,55	-19.223,61
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		115.836,81	-2.065,52
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-19.765,79	-18.864,89
Resultado antes de impostos		96.071,02	-20.930,41
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		96.071,02	-20.930,41

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves



Balço Individual em 31-12-2022

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.021.045,49	1.049.604,73
Ativos intangíveis	6	846,86	
Investimentos financeiros	7.1	1.341,45	433,48
		1.023.233,80	1.050.038,21
Ativo corrente			
Inventários	8		1.516,99
Créditos a receber	14.1	90.249,91	
Estado e outros entes públicos	14.2	804,94	2.575,40
Outros ativos correntes	14.1;14.3	84.418,34	103.064,74
Diferimentos	14.5	845,37	1.221,64
Caixa e depósitos bancários	4	140.286,04	43.916,54
		316.604,60	152.295,31
Total do ativo		1.339.838,40	1.202.333,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	11.2	-137.717,19	-116.786,78
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11.2	195.837,72	201.104,12
		58.120,53	84.317,34
Resultado líquido do período	11.2	96.071,02	-20.930,41
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		154.191,55	63.386,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.1	707.081,52	728.680,00
		707.081,52	728.680,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1;14.3	27.714,60	25.293,93
Estado e outros entes públicos	14.2	6.941,62	9.100,45
Diferimentos	14.5	13.196,47	51.656,02
Outros passivos correntes	14.1;14.3;14.4	430.712,64	324.216,19
		478.565,33	410.266,59
Total do passivo		1.185.646,85	1.138.946,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.339.838,40	1.202.333,52

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		406.202,23	199.358,11
Recebimentos de subvenções		161.654,90	108.088,73
Pagamentos a fornecedores		-167.508,98	-90.162,18
Pagamentos ao pessoal		-298.350,49	-204.401,22
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	101.997,66	12.883,44
Outros Recebimentos/Pagamentos		8.583,70	26.733,29
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	110.581,36	39.616,73
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-154.574,79
Recebimentos provenientes de:			
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	0,00	-154.574,79
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5.984,81	25.000,00
Subsídios e doações		27.167,41	107.684,75
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-27.583,28	0,00
Juros e gastos similares		-19.780,80	-17.811,55
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	-14.211,86	114.873,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		96.369,50	-84,86
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		43.916,54	44.001,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		140.286,04	43.916,54

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
C C n.º 39242



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO
(Período 2022)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Comunitário de Jales

NIPC 503 365 688

1.2 – Sede

Largo do Toural, n.º 2

Alfarela de Jales

5450 – 120 Alfarela de Jales

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Comunitário de Jales é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, através das Respostas Sociais de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações

financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Handwritten signatures and marks in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

L.
[Handwritten signatures and initials]

princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico *	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and several illegible signatures.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.



3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das



depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4– Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2022	2021
Caixa	203,52	396,44
Depósitos à Ordem	140.082,52	43.520,10
Total	140.286,04	43.916,54

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Terrenos e rec. naturais	19.952,00			19.952,00			19.952,00
Edif. e outras construções	296.934,54	836.300,11		1.133.234,65			1.133.234,65
Equipamento básico	58.107,38	41.881,28		99.988,66	1.475,50	-1.045,00	100.419,16
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	4.519,17			4.519,17			4.519,17
Out. ativos fixos tangíveis	4.631,51			4.631,51			4.631,51
AFT em curso	696.339,52		-696.339,52				
Sub-total	1.125.049,04	878.181,39	-696.339,52	1.306.890,91	1.475,50	-1.045,00	1.307.321,41
Depreciações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Terrenos e rec. naturais							
Edif. e outras construções	134.823,95	16.754,26		151.578,21	22.664,69		174.242,90
Equipamento básico	49.523,02	2.469,35		51.992,37	6.325,05		58.317,42
Equipamento de transporte	44.564,92			44.564,92			44.564,92
Equipamento administrativo	4.519,17			4.519,17			4.519,17
Out. ativos fixos tangíveis	4.631,51			4.631,51			4.631,51
Sub-total	238.062,57	19.223,61		257.286,18	28.989,74		286.275,92
Quantias líquidas escrituradas	886.986,47	858.957,78	-696.339,52	1.049.604,73	-27.514,24	-1.045,00	1.021.045,49



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

6- Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Programas de computador					896,67		896,67
Sub-total					896,67		896,67
Amortizações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Programas de computador					49,81		49,81
Sub-total					49,81		49,81
Quantias líquidas escrituradas					846,86		846,86

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2020	Aumentos	Diminuições	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Fundo Compensação Trabalho		433,48		433,48	957,42	49,45	1.341,45
Total		433,48		433,48	957,42	49,45	1.341,45

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor

Entidades	2021		2021		
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições	
Fundo Compensação Trabalho					(31,05)
Total					-31,05



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		1.516,99
Total		1.516,99

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2022			2021		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		1.516,99	1.516,99		221,15	221,15
Compras		65.241,34	65.241,34		41.218,40	41.218,40
Regularizações						
Inventários no fim do período					1.516,99	1.516,99
CMVMC		66.758,33	66.758,33		39.922,56	39.922,56



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2022	2021
Prestação de serviços	386.217,91	195.581,40
Total	386.217,91	195.581,40

10 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

10.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2022	2021
Imputação de sub. para investimentos	5.266,40	5.266,40



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2022	2021
Instituto da Segurança Social	165.427,71	111.229,84
IEFP	11.397,08	4.813,66
FSE - NORTE 2020 (+COESO)	27.062,47	14.674,78
Autarquias	2.109,09	
IAPMEI - Compensação RMMG	1.456,00	
Total	207.452,35	130.718,28

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021				
Crédito Agrícola Nº 004522314028800		228.942,64	499.737,36	728.680,00
Total		228.942,64	499.737,36	728.680,00
2022				
Crédito Agrícola Nº 004522314028800		259.180,20	447.901,32	707.081,52
Total		259.180,20	447.901,32	707.081,52
Varição (2022-2021)		30.237,56	-51.836,04	-21.598,48

11.2 – Fundos patrimoniais

Outras rubricas de capitais próprios	2020	Aumentos	Reduções	2021	Aumentos	Reduções	2022
Resultados transitados	-125.304,43	10.596,62	-2.078,97	-116.786,78		-20.930,41	-137.717,19
Excedentes de revalorização							
Outras variações no capital próprio	87.194,43	119.176,09	-5.266,40	201.104,12		-5.266,40	195.837,72
Resultado Líquido	-1.777,72	1.777,72	-20.930,41	-20.930,41	117.001,43		96.071,02
Total	-39.887,72	131.550,43	-28.275,78	63.386,93	117.001,43	-26.196,81	154.191,55



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

12 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

12.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Final ano
Efetivos	17	18
Termo certo		
Termo incerto	2	2
CEI/MAREES	1	
Total	20	20
Número médio		20

Gastos com pessoal	2022	2021
Funcionários:	317.910,15	238.644,10
Remunerações	263.949,64	198.305,78
Encargos seg. social	53.960,51	40.338,32
Seguros	2.665,68	1.170,09
Outros	614,40	689,04
Total	321.190,23	240.503,23

12.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2022 e atualmente, a direção é constituída por cinco elementos.

12.3 – Número médio de voluntários

Não existem



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2022.

13.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2022.

13.3 – A 31 de dezembro de 2022 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2022			2021		
Clientes	90.249,91		90.249,91			
Outros créditos a receber	84.418,34		84.418,34	103.064,74		103.064,74
Total	174.668,25		174.668,25	103.064,74		103.064,74
Passivos	2022			2021		
Fornecedores	27.714,60		27.714,60	25.293,93		25.293,93
Fornecedores de investimentos	286.230,76		286.230,76	286.230,76		286.230,76
Outras dívidas a pagar	144.481,88		144.481,88	37.985,43		37.985,43
Total	458.427,24		458.427,24	349.510,12		349.510,12



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

14.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
Ativo		
EOEP - IVA	804,94	2.575,40
Total	804,94	2.575,40
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.116,00	1.363,00
EOEP - Segurança Social	5.738,55	7.662,24
EOEP - Outros	87,07	75,21
Total	6.941,62	9.100,45



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signature and initials]

14.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2022	2021
Ativo - Outros créditos a receber		
IEFP	6.160,89	10.426,12
FEDER	35.804,54	43.777,74
FSE	36.321,27	48.860,88
Fornecedores	4.783,89	
Remunerações ao pessoal	576,83	
Cofre - utentes	770,92	
Total	84.418,34	103.064,74
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar		2.976,17
Credores por acréscimos de gastos	40.355,55	34.662,92
Fornecedores de investimento	286.230,76	286.230,76
Recebimentos em Trânsito	104.126,33	
Eletricidade, Água, Etc		346,34
Total	430.712,64	324.216,19

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials]

14.4 – Devedores e credores por acréscimos

Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		
Férias e Sub. Férias a liquidar	40.153,54	34.662,92
Eletricidade, água, comunicação a liquidar		346,34
Outros (serviços bancários)	202,01	
Total	40.355,55	35.009,26

14.5 – Diferimentos

Diferimentos	2022	2021
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	584,89	314,21
Vigilância e Segurança	260,48	241,14
Trabalhos Especializados		548,95
Limpeza, higiene e conforto		117,34
Total	845,37	1.221,64
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	13.196,47	51.656,02
Total	13.196,47	51.656,02



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

14.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2022	2021
Trabalhos especializados	5.719,66	11.224,01
Publicidade e propaganda	96,50	
Vigilância e segurança	2.248,71	1.255,64
Honorários	3.633,35	2.400,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	1.710,07	764,51
Conservação e reparação-eq. Básico	1.806,49	839,67
Conservação e reparação-eq. transporte	4.885,74	1.001,59
Serviços bancários	1.110,24	1.738,78
Ferramentas e utensílios	2.395,49	5.482,54
Material de escritório	1.403,79	2.166,86
Eletricidade	12.938,22	7.874,28
Combustíveis	12.660,87	9.332,19
Água	2.222,20	435,50
Comunicação	1.934,56	2.067,78
Seguros	1.477,04	1.770,02
Contencioso e notariado	150,00	
Despesas de representação	205,00	329,00
Limpeza, higiene e conforto	17.235,57	15.894,85
Outros FSE	7.879,76	1.919,74
Total	81.713,26	66.496,96



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials]

14.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2022	2021
IMI		18,39
Taxas		224,39
Correções de períodos anteriores	4.721,51	20.324,18
Multas e penalidades	40,31	150,00
Outros	4.689,38	
Total	9.451,20	20.716,96

14.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2022	2021
Juros suportados	19.010,74	18.864,78
Despesas bancárias e comissões	755,05	0,11
Total	19.765,79	18.864,89

14.9 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2022	2021
Descontos pp obtidos	5,19	
Correções de períodos anteriores	343,04	17.171,91
Imputação de Sub. Investimento	5.266,40	5.266,40
Outros	24.735,54	36.059,81
Total	30.350,17	58.498,12

14.10 – Acontecimentos após data de balanço



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 96.071,02€ para Resultados Transitados.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alfarela de Jales, 22 de março de 2023.

A Entidade

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves

Q Contabilista-Certificado

Luís Leite

CC n.º 39242



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2022



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2022)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social e Comunitário de Jales**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2022, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 96.071,02€. Houveram esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição com base numa gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

Evolução do volume de negócios

	2022	2021	Incremento no Vol.Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	386.217,91	195.581,40	190.636,51	97,47%
Volume de negócios	386.217,91	195.581,40	190.636,51	97,47%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	66.758,33	39.922,56	26.835,77	67,22%
FSE	81.713,26	66.496,96	15.216,30	22,88%
Trabalhos especializados	5.719,66	11.224,01	-5.504,35	-49,04%
Publicidade e propaganda	96,50		96,50	
Honorários	3.633,35	2.400,00	1.233,35	51,39%
Conservação e reparação	8.402,30	2.605,77	5.796,53	222,45%
Ferramentas e utensílios	2.395,49	5.482,54	-3.087,05	-56,31%
Artigos para oferta	299,70		299,70	
Eletricidade	12.938,22	7.874,28	5.063,94	64,31%
Combustíveis	12.660,87	9.332,19	3.328,68	35,67%
Comunicação	1.934,56	2.067,78	-133,22	-6,44%
Despesas de representação	205,00	329,00	-124,00	-37,69%
Outros	33.427,61	25.181,39	8.246,22	32,75%
Gastos com pessoal	321.190,23	240.503,23	80.687,00	33,55%
Depreciações e amortizações	29.039,55	19.223,61	9.815,94	51,06%
Outros gastos e perdas	9.451,20	20.716,96	-11.265,76	-54,38%
Juros	19.010,74	18.864,78	145,96	0,77%
Outros gastos e perdas financiamento	755,05	0,11	754,94	686309,09%
Total dos gastos e perdas financ.	19.765,79	18.864,89	900,90	4,78%
Total dos gastos e perdas	527.949,41	405.728,21	122.221,20	30,12%



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os "Subsídios à Exploração" que ascenderam em 2022 a 593.670,26€ (326.299,68€ em 2021).

Evolução dos rendimentos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	386.217,91	195.581,40	190.636,51	97,47%
Subsídios à exploração	207.452,35	130.718,28	76.734,07	58,70%
Outros rendimentos	30.350,17	58.498,12	-28.147,95	-48,12%
Total dos rendimentos	624.020,43	384.797,80	239.222,63	62,17%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios		836.300,11	-836.300,11	-100,00%
Equipamento básico	430,50	41.881,28	-41.450,78	-98,97%
Total	430,50	878.181,39	-877.750,89	-99,95%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	19.952,00	19.952,00		
Edifícios	1.133.234,65	1.133.234,65		
Equipamento básico	101.464,16	99.988,66	1.475,50	1,48%
Equipamento de transporte	44.564,92	44.564,92		
Equipamento administrativo		4.519,17	-4.519,17	-100,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4.631,51	4.631,51		
Total	1.303.847,24	1.306.890,91	-3.043,67	-0,23%



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

6 – *TERCEIROS*

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 175.473,19€ (105.640,14€ em 2021).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.172.450,38€ (1.087.290,57€ em 2021).

7 – *FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO*

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – *PRINCIPAIS RISCOS*

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os "Subsídios à Exploração" que ascenderam em 2022 a 593.670,26€ (326.299,68€ em 2021).

Evolução dos rendimentos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	386.217,91	195.581,40	190.636,51	97,47%
Subsídios à exploração	207.452,35	130.718,28	76.734,07	58,70%
Outros rendimentos	30.350,17	58.498,12	-28.147,95	-48,12%
Total dos rendimentos	624.020,43	384.797,80	239.222,63	62,17%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios		836.300,11	-836.300,11	-100,00%
Equipamento básico	430,50	41.881,28	-41.450,78	-98,97%
Total	430,50	878.181,39	-877.750,89	-99,95%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	19.952,00	19.952,00		
Edifícios	1.133.234,65	1.133.234,65		
Equipamento básico	101.464,16	99.988,66	1.475,50	1,48%
Equipamento de transporte	44.564,92	44.564,92		
Equipamento administrativo		4.519,17	-4.519,17	-100,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4.631,51	4.631,51		
Total	1.303.847,24	1.306.890,91	-3.043,67	-0,23%



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

[Handwritten signatures]

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 96.071,02€ para Resultados Transitados.



13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Alfarela de Jales, 22 de março de 2023

A Direcção

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves



Centro Social Comunitário do
Planalto De Jales

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2022 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Direção

Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves